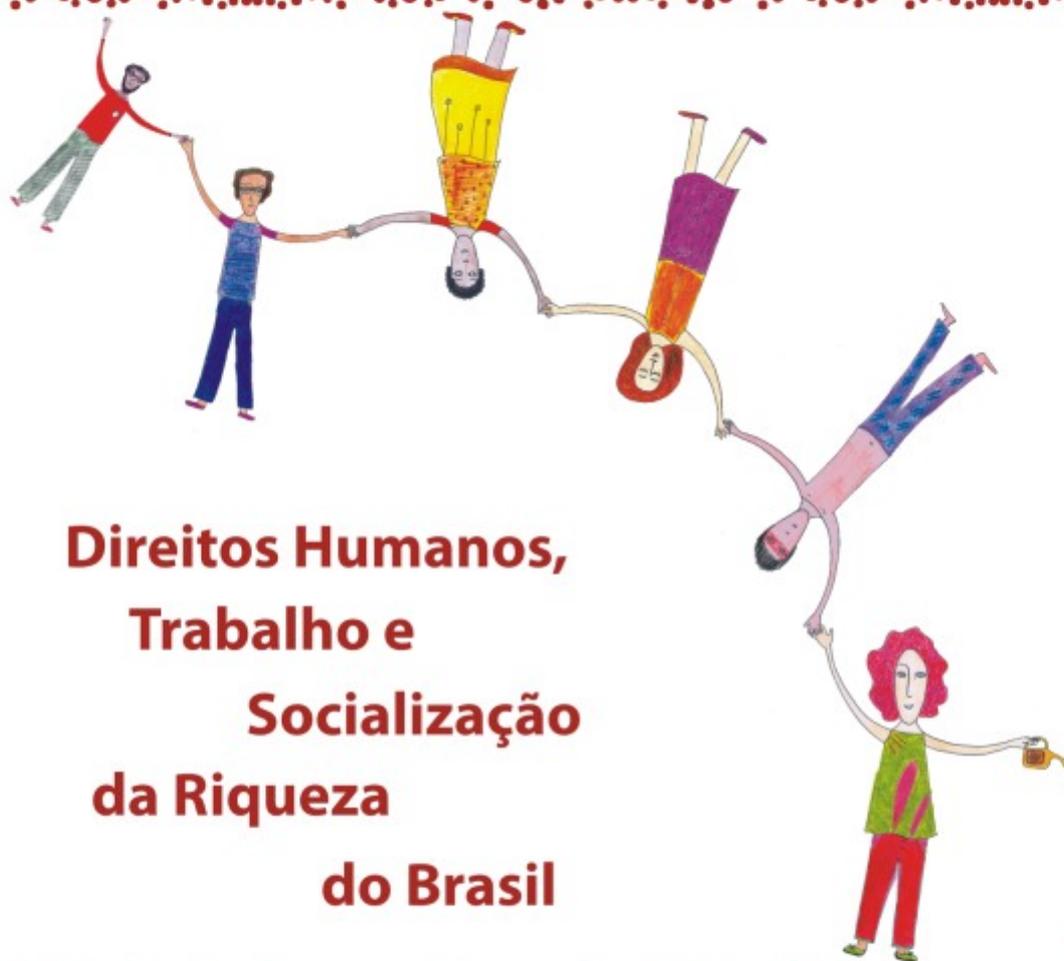


CFESS MANIFESTA

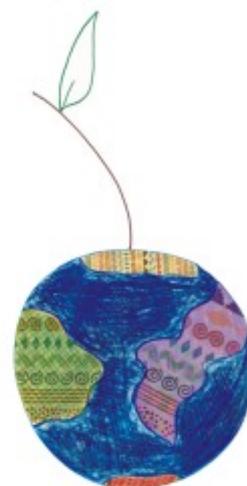
fórum social mundial 2009 Belém | Pará | Brasil



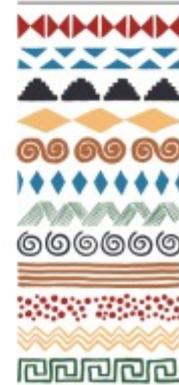
Direitos Humanos, Trabalho e Socialização da Riqueza do Brasil

O Que Defendemos no Fórum Social Mundial

Desde sua primeira realização, o Fórum Social Mundial defende que “um outro mundo é possível”. Nós, assistentes sociais, não só acreditamos na possibilidade histórica de construção de uma sociabilidade não capitalista, como lutamos cotidianamente pela garantia e ampliação de direitos, trabalho e radicalização da democracia. E trabalhamos em diversos espaços sócio-ocupacionais com a perspectiva de viabilizar a universalização do acesso às políticas sociais. Temos a convicção que estas são mediações importantes na luta pela construção de uma nova sociabilidade, que assegure a emancipação humana.



fórum
social
mundial



world
social
forum 2009

Belém | Pará | Brasil

Um mundo cada vez mais desigual

As desigualdades econômicas e sociais entre países “ricos” e “pobres” se agudizam nesse momento de crise. A receita neoliberal aplicada exaustivamente nos países abaixo da linha do Equador, sustentada na flexibilização das relações de trabalho, redução de salários e de direitos sociais, e aumento da competitividade, agravou a concentração de capital e ampliou o “fosso” entre países do capitalismo central e periférico. A economia dos países com elevados índices de desigualdade continua tangencial em relação à economia mundial, enfrentando uma relação muito desigual e desfavorável aos países pobres. Isso se agrava porque o fluxo de capital dos países pobres para os países ricos, decorrente do pagamento de dívidas e juros, é muito maior que o fluxo do capital dos países ricos aos países pobres em forma de investimento produtivo. A dívida externa da América Latina em 2005 correspondia a 26,7% do PIB latinoamericano. No Brasil, o total da dívida do setor público é de aproximadamente US\$ 550 bilhões de dólares (R\$ 1,168 trilhão de reais), o que corresponde a 40,8% do Produto Interno Bruto Brasileiro-PIB. Os recursos comprometidos com o pagamento da dívida pública – contingenciados por meio do superávit primário – extraem do Estado brasileiro a possibilidade de investir em políticas

emprego. A autonomização progressiva da esfera financeira está na base da liberalização completa da circulação de capital financeiro, e se sustenta em uma política de desregulamentação que provocou uma mobilidade sem precedentes do capital financeiro do tipo especulativo, com o objetivo de extrair a maior parte do lucro que é mais valia socialmente produzida, na forma de juros no menor prazo possível. A especulação financeira vem transformando a sociedade em um grande cassino, sendo esta a característica mais marcante do mercado de capitais, e gerando grandes transferências de capital ao sistema bancário, o que deflagrou a crise atual, comparável apenas à Grande Crise de 1929.

Tais condições de reprodução material e das relações sociais no capitalismo contemporâneo têm profundos impactos na crescente e desigual repartição da riqueza mundialmente produzida, já que os 20% mais ricos do mundo ficam com mais de 80% do PIB mundial e na ampliação da pobreza, já que o número de pobres cresce ao ritmo do crescimento da população (2% ao ano), o que faz com que 1 bilhão e meio de seres humanos vivam em condição de mera sobrevivência.

Lutamos por Direitos, Trabalho e Socialização da Riqueza

Essa inaceitável política econômica que nem mesmo reduz as desigualdades sociais, provoca uma forte dualização e corrosão da sociabilidade e alimenta a violência que atinge de maneira assustadora os jovens: no Brasil, nos últimos 10 anos morreram cerca de 600 mil pessoas, em sua maioria jovens com idade entre 15 e 25 anos. Os anos 1990 registram um crescimento de cerca de 300% da população carcerária, em sua maioria homens entre 18 e 30 anos, com ensino fundamental incompleto, sendo 42% mestiços e negros, segundo o Censo Penitenciário. Trata-se do fortalecimento de um Estado penal em contraponto ao Estado social pelo qual lutamos com a instauração do Estado democrático de direito nos anos 1990.

A luta do Serviço Social por direitos, trabalho e socialização da riqueza no Brasil, e em todo o mundo, é

uma luta contra a “economia política da iniquidade”, como nos lembra Francisco de Oliveira, e constitui mediação na luta histórica pela emancipação humana, pois os direitos, na sociabilidade capitalista, se inserem em um processo complexo e contraditório de produção e reprodução das relações econômicas e sociais sob a égide do capital e da mercantilização das relações sociais.

A organização política das entidades nacionais de Serviço Social no Brasil, como o Conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO, é uma mediação fundamental para o estabelecimento de relação entre o projeto profissional e um projeto societário comprometido com uma nova sociabilidade. Essa organização política não está dada, ela é processo histórico. E como tal, requer movimento, ação,

intencionalidade e criatividade, pois só assim será capaz de provocar reflexão crítica e intervenção sobre a realidade.

Não se trata de reeditar a regulação keynesiana prevaiente até a década de 1970, pois as condições econômicas e políticas são outras. Em nossa perspectiva, defendemos a luta pela democracia política e econômica e pela garantia dos direitos como estratégia de ganhos e fortalecimento da classe trabalhadora, e como mediação necessária e inadiável no percurso de construção de uma sociedade emancipada.

Para os países que vivenciam condições agudas de desigualdade social e pobreza como aquelas que imperam no Brasil, na América Latina e ainda mais na África, nossa luta adquire materialidade quando defendemos:

- A socialização da política e no fortalecimento de instituições verdadeiramente democráticas, que assegurem a organização autônoma da classe trabalhadora e o fortalecimento dos movimentos sociais;
- Valores éticos em defesa do coletivo e da equidade;
- Posicionamento contrário a toda forma de exploração, opressão e violência contra a mulher, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e contra toda forma de expressão de homofobia e restrição da liberdade de orientação sexual;
- Uma política econômica a serviço do crescimento e da redistribuição da riqueza socialmente produzida, e de uma política tributária redistributiva, que onere mais o capital e menos o trabalho: no Brasil, os tributos incidem apenas 4% sobre o patrimônio, 29% sobre a renda e 67% sobre o consumo. Nos países da OCDE, ao contrário, os impostos sobre o consumo representam 32,1% em média, enquanto o imposto sobre a renda corresponde a 35,4%; o acréscimo da carga tributária sobre quem ganha até 2 salários mínimos foi de 20% entre 1994 e 2004 e de apenas 8% para quem ganha acima de 30 salários mínimos. Temos assim, um longo caminho a percorrer na luta para colocar o econômico a serviço do social, na direção da construção de outra ordem societária;
- Participação nas lutas pela reforma agrária, para reversão da estrutura fundiária, que hoje concentra enormemente as propriedades rurais: no Brasil, 2.214.983 minifúndios (até 1 módulo fiscal) dispõem de 7,5% da área rural, enquanto apenas 104.744 grandes propriedades (de 15 a

módulos fiscais) concentram 58,1%;

- O direito ao trabalho e emprego para todos, sem discriminação: hoje, a taxa média de desemprego nas regiões metropolitanas é de 20,21% entre os negros e de 15,35% entre os não negros; é de 21% entre as mulheres e 15,1% entre os homens;
- A ampliação dos salários e rendimentos do trabalho, pois o valor do salário mínimo, que hoje corresponde a apenas U\$ 260, está longe de assegurar a garantia das necessidades básicas. Ele deveria corresponder a aproximadamente U\$ 1.000, segundo o Dieese;
- A universalização da seguridade social, com garantia de saúde pública para todos e ampliação dos trabalhadores segurados na previdência social, pois a elevada informalidade nas relações de emprego faz com que 45.802.229 trabalhadores ocupados (47,69% da PEA) não contribuam para a seguridade social, e, portanto, não tenham acesso aos direitos previdenciários. Essa luta também requer ampliar o valor dos benefícios, pois 80,31% dos 24.593.390 benefícios estão abaixo de 2 SM, ou seja, abaixo de U\$ 519; A universalização da seguridade também pressupõe defender a política de assistência como direito social, e não como substitutivo paliativo do trabalho e do emprego;
- A defesa da educação laica, pública e universal em todos os níveis, para reverter o quadro de reduzido acesso ao ensino superior. No Brasil, o percentual de jovens com idade entre 18-24 anos inseridos no ensino superior é de apenas 21%, enquanto na Argentina é de 60%. A tendência recente na América Latina vem sendo de ampliar o acesso por meio da ampliação do sistema privado em detrimento do ensino público: no Brasil, temos hoje 224 (11,13%) instituições de ensino superior públicas responsáveis por 31,7% das matrículas e 1789 (88,7%) instituições privadas que concentram 68,3% da matrículas. Estamos, portanto, bem longe de garantir educação superior como direito social e dever do Estado.

O Serviço Social, ao se constituir como uma profissão que atua, predominantemente, na formulação, no planejamento e na execução de políticas públicas como educação, saúde, previdência, assistência social, transporte habitação, se posiciona criticamente diante da barbárie que reitera a desigualdade social, e se articula aos movimentos organizados em defesa dos direitos da classe trabalhadora e de uma sociedade livre e emancipada. Esses são os compromissos éticos, teóricos, políticos e profissionais que defendemos no Brasil e em nosso diálogo com o mundo nesse Fórum Social Mundial em 2009.

Texto: Ivanete Boschetti

Obs. Os dados citados no texto se referem à PNAD divulgada pelo IBGE em 2008.

Brasil: um país que não redistribui renda e riqueza

O Brasil possui uma das mais elevadas taxas de concentração de renda, riqueza e propriedade do mundo. Aqui, paisagens exuberantes e ostentação de riqueza por uma minoria convivem com cenários extremamente pobres que revelam as péssimas condições de vida e de trabalho de imensa parcela da população e deixam a nu nossa gritante desigualdade: os 10% mais pobres ficam com apenas 1,1% da renda do trabalho, enquanto os 10% mais ricos ficam com 44,7%. É inaceitável que o país que se situa entre as 10 nações mais "ricas" do mundo mantenha uma estrutura econômica e social em que 13% da renda do trabalho se concentram nas mãos de apenas 1% da população, ou seja, nesse país de 184,3 milhões de pessoas, 13% da riqueza estão no poder de apenas 1,84 milhões de pessoas.

A política macroeconômica predominante nas últimas décadas não projeta nenhuma reversão desse quadro. Ao contrário, o pagamento dos encargos e juros da dívida pública provoca uma sangria no orçamento que deveria ser investido nas políticas públicas. Para cumprir acordos assinados com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo brasileiro vem utilizando recursos do orçamento das políticas sociais para pagar os juros e amortizações da dívida. Só em 2007, 65% do superávit primário foi gerado com recursos do orçamento da seguridade social. No período de 2000 a 2007, foram extraídos aproximadamente US\$ 100 bilhões de dólares (R\$ 205,2 bilhões) do orçamento da seguridade social. Esse montante equivale a cinco vezes o orçamento anual da saúde e quase dez vezes o orçamento da assistência social. Trata-se de uma perversa alquimia, que se apropria dos recursos das políticas sociais para sustentar a política econômica conservadora e neoliberal e impede a ampliação dos direitos sociais no Brasil. Enquanto as despesas reais e per capita com encargos da dívida pública cresceram 7,96% em 2005, o gasto social direto real do governo federal cresceu apenas 1,07%, ou seja, as transferências com pagamento dos encargos da dívida pública tiveram um crescimento anual 7,4 vezes maior que a expansão do gasto social.

EXPEDIENTE:

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS - Gestão 2008-2011 Atitude Crítica para Avançar na Luta

Presidente: Ivanete Salete Boschetti

Vice-Presidente: Sâmbara Paula Francelino Ribeiro

1ª Secretária: Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz

2ª Secretária: Neile d'Oran Pinheiro

1ª Tesoureira: Rosa Helena Stein

2ª Tesoureira: Telma Ferraz da Silva

Conselho Fiscal:

Silvana Mara de Moraes dos Santos

Pedro Alves Fernandes

Kátia Regina Madeira

Conselheiros(as) Suplentes:

Edval Bernardino Campos

Rodriane de Oliveira Souza

Marinete Cordeiro Moreira

Kênia Augusta Figueiredo

Erivã Garcia Velasco

Marcelo Sitcovsky Santos Pereira

Maria Elisa dos Santos Braga

Maria Bernadette de Moraes

Medeiros

Marylúcia Mesquita Palmeira

Conteúdo:

Ivanete Boschetti

Assessor de Comunicação:

Bruno Costa e Silva

comunicacao@cfess.org.br

Criação e Diagramação:

Viviane Freitas

www.vivianefreitas.wordpress.com

Ilustração Capa:

lara Sales

www.flickr.com/photos/iarasales



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

SCS Qd 2 Bl C Ed. Serra
Dourada SIs 312/18
70300-902 Brasília DF
tel: (61) 3223-1652
fax: (61) 3223-2420
cfess@cfess.org.br
http://www.cfess.org.br